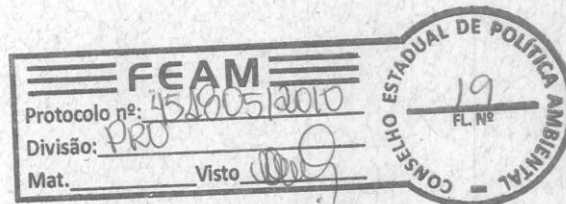


feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: ANTONIA ROSA DE JESUS CUNHA	CONVERSÃO DA ADVERTÊNCIA EM MULTA
PROCESSO Nº 00818/2003/004/2006	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 3809/2006	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVE	
PORTE: PEQUENO	

I – RELATÓRIO

A ANTONIA ROSA DE JESUS CUNHA foi autuada em 31.05.2006 pela prática da infração grave tipificada no art. 19, § 2º, item 2, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02:

Art. 19(...)

§ 2º - São consideradas infrações graves:

(...)

1. instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

Em razão da autuação, foi aplicada, em 31.07.2007, pela FEAM, pena de advertência para que a empresa corrigisse a situação ambiental em 90 dias, sob pena de conversão em multa no valor de R\$ 3.193,36.

Não foi apresentado Pedido de Reconsideração.

No documento de fls. 14/17, a área técnica informa que não foram apresentados dados técnicos que alterem a situação encontrada à época da vistoria e que foi protocolado em junho/2006 o boletim de análise do efluente da caixa separadora de água e óleo, que comprova o lançamento acima dos padrões de emissão estabelecidos na DN COPAM vigente à época.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado porque na vistoria realizada em 16.5.2006 foi constatado o descumprimento das condicionantes da Licença de Operação concedida em 2004. Processo nº 818/2003/003/2003.

Quanto à advertência aplicada em razão da infração grave do art. 19, §2º, item 2, após ser notificado, o autuado manteve-se silente, eis que não apresentou Pedido

de Reconsideração e nem comprovou o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação.

Não demonstrada a correção da irregularidade que deu ensejo ao auto de infração, imperiosa a conversão da advertência em multa, nos termos da decisão da FEAM.

Contudo, deve-se enfatizar que o Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

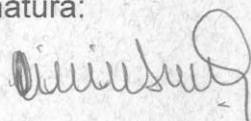
Portanto, como não havia decisão administrativa definitiva neste processo em 26.6.2008, data da publicação do Decreto nº 44.844/2008, deve ser aplicada a nova norma, porque mais benéfica ao infrator.

Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa aplicável neste caso é de R\$ 2.501,00.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se ao Vice-Presidente da FEAM a conversão da pena de advertência em multa no valor de R\$ 2.501,00, nos termos do disposto no art. 3º, § 3º, da DN COPAM 61/2002 e nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 9 de julho de 2010.

Autora: Larissa Campos de Oliveira Soares Consultor Jurídico OAB/MG 125.288	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043.804-2	Assinatura: 